

A reunião técnica em 25/11

Cruesp agenda novas reuniões para janeiro e fevereiro. Fórum apresentou propostas, mas não houve debate sobre a Pauta 2022

Fórum das Seis convida reitores para debater cenários político e econômico ainda este ano

A reunião entre as equipes técnicas do Fórum das Seis e Conselho de Reitores/Cruesp, em 25/11, foi um espaço de diálogo cordial e respeitoso, mas de poucos avanços em relação às demandas centrais das entidades, entre elas, o debate sobre os itens da **Pauta Unificada de Reivindicações de 2022**, protocolada em 13/4.

Outra importante demanda – o início das reuniões do grupo de trabalho acordado entre as partes em 2021, mas nunca ativado, para construir propostas de reposição de perdas históricas e de valorização dos níveis iniciais das carreiras – foi tema de várias colocações dos técnicos do Cruesp e dos sindicatos, e teve como encaminhamento prático o agendamento de pelo menos duas novas reuniões técnicas, em janeiro e fevereiro, que serão precedidas pelo fornecimento de dados para subsidiar os debates. Na visão dos técnicos do Cruesp, as reuniões do início do ano cumprirão o papel de preparar as negociações da data-base de 2023.

A reunião técnica foi agendada pelo chefe de Gabinete da reitoria da Unicamp, Paulo Cesar Montagner, que havia se comprometido a fazê-lo durante o encontro que o Fórum teve com o reitor Antonio José de Almeida Meirelles, atual presidente do Cruesp, em 18/10. Até então, fazia seis meses que as entidades vinham solicitando o agendamento.

Além de Montagner, o Cruesp foi representado por Thiago Baldini da Silva e Fernando Sarti (Unicamp), Rogério Buccelli e Cesar Martins (Unesp), Alberto Teixeira Protti, João Maurício Gama Boaventura, Wilson Amorim e Arlindo Philippi Júnior (USP).

Falando em nome das entidades, a presidenta da Adusp e atual coordenadora do Fórum das Seis, Michele Schultz, lembrou os compromissos não cumpridos pelo Cruesp. Após a reunião de 17/3/2022, quando os reitores anunciaram o reajuste de 20,67%, o Fórum havia deixado claro que o índice recompuña apenas parcialmente as perdas salariais acumuladas desde maio/2012 e que era preciso agendar negociações para debater o conjunto da Pauta Unificada deste ano. A resposta dos reitores foi um enorme silêncio desde então.

Desoneração do ICMS não é repassada às universidades

Os/as representantes do Fórum das Seis destacaram os impactos da desoneração do ICMS (sobre combustíveis, transpor-



A reunião aconteceu na sala do Conselho Universitário da Unicamp



tes, comunicação etc.), instituída por meio das leis complementares federais 192 e 194, de 2022, e também pela Emenda Constitucional 123/2022.

A Procuradoria Geral paulista ajuizou uma Ação Cautelar Originária e conseguiu uma tutela antecipada, que garantiu ao estado de SP as compensações devidas pela redução das alíquotas do ICMS. Desde agosto de 2022 o estado vem recebendo os valores e repassando a quota-parte dos municípios (25% do total). No entanto, embora tenham direito a 9,57% da quota-parte do estado, as universidades nada receberam até agora.

O Fórum das Seis questionou se



o Cruesp não cobraria do governo a parte devida às universidades, propondo um ofício conjunto. Os representantes do Cruesp propuseram ações separadas, no “momento oportuno”. Eles entendem que não seria bom nenhum movimento agora, para não colocar em risco as reservas das instituições.

O Fórum vai encaminhar ofício sobre o assunto ao Cruesp e ao atual governador, Rodrigo Garcia, solicitando que sejam repassados às universidades os valores aos quais elas têm direito.

Em resumo, o que ficou combinado

Ao final da reunião técnica entre Cruesp e Fórum, em 25/11, houve os seguintes compromissos:

- Reuniões técnicas em janeiro e fevereiro;
- Fornecimento de dados pelos técnicos do Cruesp, antes da reunião de janeiro, para subsidiar as discussões. O Fórum encaminhará ofício detalhando os dados que julga importantes (arrecadação, reservas, insuficiência financeira, pagamentos de aposentadorias e pensões, previsão de contratações etc.).

Fórum quer discutir cenários político e econômico

Os representantes do Fórum insistiram na necessidade de uma reunião com os reitores, o quanto antes, para discussão dos impactos políticos e econômicos dos resultados eleitorais sobre as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza. Sobre isso, confira matéria nas páginas 3 e 4.



O Fórum realizou três atos em 2022, todos na Unicamp, casa do atual presidente do Cruesp. A principal reivindicação foi o agendamento de reuniões. Do alto p/baixo: em 31/5, 30/8 e 18/10

Estudos do Fórum constata: Reposição de perdas históricas ainda este ano manteria comprometimento baixo

Tomando por base a arrecadação do ICMS e respectivos repasses às universidades em agosto/2022 – portanto, a partir de uma base conservadora – estudos do Fórum das Seis apontam que, mesmo repondo a inflação não paga desde maio/2012, o comprometimento com folha salarial seguirá baixo na USP, Unesp e Unicamp. Segundo os cálculos do Fórum, o poder aquisitivo do salário de agosto/2022, recebido em setembro/2022, é de 82,56% em relação ao de maio/2012. Para recompor esta perda e voltarmos ao poder de compra de maio/2012, seria necessário um reajuste em torno de 21% em agosto/2022. Portanto, em cerca de 10 anos, deixamos de receber o equivalente a 17 salários.

Os representantes do Fórum apresentaram os dados aos técnicos do Cruesp durante a reunião de 25/11. Eles enfatizaram que o comprometimento dos repasses com folha de pagamento segue o menor da história (em outubro, o acumulado foi de 65,84% na Unesp, 72,92% na Unicamp e 68,26% na USP), o que permite construir uma política de recuperação de perdas, mesmo com toda a cautela que o cenário político e econômico exige.

Veja como ficaria o comprometimento das universidades com folha salarial no caso de reposição destas perdas

em três cenários. É importante ressaltar que, em qualquer um dos cenários, o comprometimento seguiria aquém dos 85%, parâmetro tido como ‘aceitável’ pelo Cruesp, e ainda haveria espaço para contratações e demandas da permanência estudantil. Também é preciso destacar que não se trata de aumento de salários, mas tão somente de reposição de perdas salariais causadas pelo não pagamento integral da inflação do período.

Cenário 1 – Hipótese de 20% de reajuste em novembro/22

O comprometimento acumulado das universidades com folha salarial chegaria a dezembro/2022 em 70,74% (67,48% na Unesp, 74,92% na Unicamp e 70,43% na USP).

Cenário 2 – Hipótese de 18% de reajuste em novembro/22

O comprometimento acumulado das universidades com folha salarial chegaria a dezembro/2022 em 70,49% (67,24% na Unesp, 74,65% na Unicamp e 70,18% na USP).

Cenário 3 – Hipótese de 15% de reajuste em novembro/22

O comprometimento acumulado das universidades com folha salarial chegaria a dezembro/2022 em 70,12% (66,89% na Unesp, 74,26% na Unicamp e 69,81% na USP).

Audiência pública na Alesp discutiu reivindicações do funcionalismo ao novo governo. Isenção fiscal no orçamento de 2023 será a maior da história

Entre as emendas defendidas pelo funcionalismo, está a que estabelece a devolução do que foi confiscado das aposentadorias e pensões

A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, da qual fazem parte entidades representativas do funcionalismo, entre elas as que compõem o Fórum das Seis, realizou uma audiência pública na Assembleia Legislativa (Alesp) na noite de 22/11. O objetivo foi debater o Projeto da Lei Orçamentária para o próximo ano (PLOA 578/2023), o cenário político e econômico delineado a partir da vitória de Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Felício Ramuth (PSD) e a valorização dos/as servidores/as públicos/as.

A audiência foi organizada pelo mandato do deputado Carlos Giannazi (PSOL). Citando a enorme renúncia fiscal prevista na PLOA 2023, “a maior da história”, o parlamentar destacou que o orçamento do estado está em disputa. A receita total projetada para o próximo ano é em torno de R\$ 317,4 bilhões (10,7% superior à do orçamento aprovado para 2022), enquanto a isenção é de cerca de 80 bi, em favor de grandes frigoríficos, mineradoras, empresas aéreas e outras. “Se os grandes grupos econômicos pressionam de um lado, o funcionalismo e a sociedade devem pressionar de outro”, disse.

Emendas ao orçamento

O PL 578/2022, que traz a proposta orçamentária do Executivo para o estado de SP para o próximo ano, entrou em tramitação na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Alesp em 8/11. Esgotado o prazo para emendas, foram recebidas 21.332 e caberá ao relator, deputado Delegado Olim (PP), decidir quais serão inseridas no relatório final, a ser votado em plenário.

Entre as várias emendas apresentadas por parlamentares vinculados/as aos movimentos sociais, destaque para a Emenda 1, de autoria de Giannazi, que pede a reserva de valores para devolução do que foi confiscado dos/as aposentados/as e pensionistas (**Obs.:** a partir de janeiro/2023, o desconto da sobretaxação imposta pelo Decreto 65.021/2020 deixa de existir, mas a devolução não está prevista). Há, também, emendas prevendo reajuste salarial para o funcionalismo, recursos adicionais para as universidades estaduais e o Centro Paula Souza, recursos para o Iamspe, entre outras.

Defesa das universidades e do Centro

O Fórum das Seis foi representado à mesa por sua coordenadora e presidenta da Adusp, Michele Schultz. Ela ponderou que a lógica neoliberal da austeridade também está presente nas reitorias das universidades estaduais e na administração do Centro Paula Souza. “Nas universidades, por conta da autonomia que



A representante do Fórum das Seis, Michele Schultz, fala durante a audiência pública

conquistamos no final dos anos 80, negociamos diretamente com o Conselho de Reitores, mas isso não impede que tenhamos defasagem salarial, falta de pessoal e de investimento suficiente em permanência estudantil”, exemplificou.

Em relação ao orçamento do estado, Michele lembrou que as universidades contam com a destinação de um percentual da quota-parte do estado, de 9,57%, que permanece inalterado desde meados dos anos 90, apesar da forte expansão de cursos, vagas e *campi*. “Isso sem falar no desconto indevido de alíneas da quota-parte do estado, antes do repasse às universidades, que reduzem os valores finais repassados”, completou.

O Centro Paula Souza, que não dispõe de dotação orçamentária própria, a cada ano cabe ao governador decidir quanto será alocado no orçamento para a instituição, que administra as escolas técnicas, ETECs, e as faculdades de tecnologia, FATECs.

Contra o obscurantismo e o negacionismo

A coordenadora do Fórum das Seis ressaltou a preocupação com a possibilidade de o próximo governador reproduzir em São Paulo as medidas adotadas pelo governo Bolsonaro nos últimos quatro anos: arrocho nas verbas aos serviços públicos, negacionismo à frente dos órgãos de pesquisa, intervenção na autonomia universitária e desrespeito à vontade da comunidade acadêmica na escolha de reitores/as, ataque ao meio ambiente, entre outras. Michele divulgou o “Manifesto ao povo paulista”, que tem a assinatura das



entidades do Fórum das Seis e que alerta para este cenário (*veja matéria a seguir*).

Fazendo coro com os demais membros da mesa – representantes de entidades e centrais sindicais –, ela pontuou que o grande desafio é mobilizar as categorias, tendo as disputas no orçamento 2023 como nicho de resistência. “Temos que reocupar os espaços de organização e luta do funcionalismo, em defesa dos nossos direitos e dos serviços públicos que prestamos à população”, encerrou.

Audiência apontou bandeiras de luta

A audiência pública destacou os pontos que devem ser reivindicados pelas entidades no próximo período, seja nas emendas apresentadas ao projeto da LOA 2023, seja nas pautas a serem entregues ao novo governo:

- Devolução dos valores confiscados das aposentadorias e pensões;
- O retorno das faltas abonadas;

- Adicionais de insalubridade;
- Revisão da carreira do magistério paulista (fim dos subsídios);
- Revogação do limite de pagamento dos precatórios (ampliação do teto de R\$ 11 mil);
- Revogação da reforma da previdência estadual;
- Revogação das privatizações e extinções de empresas públicas;
- Verbas para o Iamspe equivalentes às contribuições dos/as funcionários/as;
- Aprovação das emendas que garantem o reajuste das perdas salariais do funcionalismo.

A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público buscará agendar reunião com o relator da LOA 2023, deputado Delegado Olim (PP), e com o próximo governador e/ou sua equipe. A constituição de uma mesa permanente de negociação com o governo, para discutir reposição de perdas e melhores condições de trabalho, entre outras reivindicações, é uma das metas centrais.

Reflexões sobre o cenário político e os desafios que virão

Fórum das Seis subscreve ‘Manifesto ao povo paulista’

O ‘Fórum Sindical, Popular e de Juventudes pelos Direitos e pelas Liberdades Democráticas’ divulgou um documento intitulado “*Manifesto ao povo paulista*”, que conta com a assinatura de dezenas de entidades sindicais e populares, entre elas os sindicatos e entidades estudantis das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza.

O documento lembra que a derrota de Bolsonaro nas urnas foi indubitavelmente uma vitória importante. “Mesmo com todo o aparato de Estado sendo amplamente utilizado, o resultado das urnas não lhe foi favorável.”

A vitória de Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Felício Ramuth (PSD), no entanto, traz preocupação com a possível reprodução, em São Paulo, da agenda da extrema direita, “caracterizada pela retirada de direitos e pelo avanço das privatizações, os ataques à educação, à cultura, ao ambiente, às pessoas negras, LGBTQIAP+, indígenas e com deficiência, além das políticas negacionistas e obscurantistas”.

O texto enfatiza que, neste sentido, o anúncio de que Renato Feder, atual secretário no estado do Paraná, aceitou o convite para ser secretário da Educação reforça três preocupações prementes:

1. a adoção de modelos cada vez mais privatistas na educação;
2. o avanço do ensino a distância (EAD);
3. a ameaça de militarização das escolas, como consta do programa de Tarcísio-Ramuth.

Além da preocupação com a educação básica, o manifesto chama a atenção a possíveis propostas para o ensino superior: “São Paulo possui importantes universidades públicas, as estaduais Unesp, Unicamp e USP e o Centro Paula Souza,

cujo funcionamento depende de ações do executivo e legislativo estaduais, e as federais UFABC, UFSCar e Unifesp, além dos Institutos Federais. Ou seja, poderá haver ataques à autonomia universitária das universidades estaduais, como ocorreu com as federais. Da mesma forma, preocupa-nos o fato de políticas obscurantistas e negacionistas, típicas do governo Bolsonaro, poderem avançar no estado de São Paulo. Afora estes perigos, será preciso garantir adequado financiamento público para ciência e tecnologia.”

O manifesto traz, também, preocupações com o meio ambiente, cultura, saúde, segurança pública, seguridade social e outros.

O texto enfatiza que, embora a eleição da chapa Lula-Alckmin signifique uma vitória do campo democrático, para seguirmos avançando, devemos permanecer firmes nas lutas em defesa das nossas pautas em nível nacional: pela revogação da Emenda Constitucional 95 (EC95 – teto de gastos), das contrarreformas trabalhista e do ensino médio, e contra o avanço da chamada “reforma administrativa”.

Ao final, o documento conclama as juventudes, as entidades e os movimentos de trabalhadoras e trabalhadores, do campo e das cidades, a se juntarem na luta em defesa dos direitos e das liberdades democráticas, e contra as políticas da extrema direita.



Acesse a íntegra do

“Manifesto ao povo paulista em:

<https://adunesp.org.br/manifestoandesregsp.pdf>